

# **DECRETO Nº 32.442 DE 06 DE NOVEMBRO DE 1985 - (REVOGADO)**

(Publicado no Diário Oficial de 07/11/1985)

Ver art. 6º do Decreto nº 905/91, que trata de regras a serem observadas pelos contribuintes enquadrados no regime de microempresa.

Este Decreto foi revogado a partir de 31/12/91 pelo art. 7º, do Decreto nº 905/91, publicado no DOE de 31/12/91.

**Aprova o Regulamento das Microempresas do Estado da Bahia - REMICRO, para efeito de aplicação da legislação tributária, e dá outras providências.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA**, no uso de suas atribuições e tendo em vista o artigo 12, da Lei nº 4.493, de 13 de setembro de 1985,

## **DECRETA**

**Art. 1º** Fica aprovado o Regulamento das Microempresas do Estado da Bahia – REMICRO, que com este se publica.

**Art. 2º** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**, em 6 de novembro de 1985.

**JOÃO DURVAL CARNEIRO**

Governador

**BENITO DA GAMA SANTOS**

# **REGULAMENTO DAS MICROEMPRESAS - REMICRO**

## **TÍTULO I DA MICRO EMPRESA**

### **CAPÍTULO I DO ENQUADRAMENTO**

**Art. 1º** Consideram-se microempresas, para fins deste Regulamento, as pessoas jurídicas e firmas individuais, que tiverem receita bruta anual igual ou inferior a 10.000 (dez mil) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional – ORTN’S.

§ 1º Para determinar-se a receita bruta referida neste artigo, tomar-se-á por base o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro do ano anterior e, como referência, o valor nominal da ORTN no mês de janeiro daquele ano.

§ 2º Coincidindo o enquadramento com o início da atividade da empresa, os sócios ou o titular firmarão declaração de que sua receita bruta anual não ultrapassará o limite fixado no “*caput*” deste artigo, e que terá como referência o valor nominal da ORTN no mês de janeiro do próprio exercício.

§ 3º O limite da receita bruta, na hipótese tratada no parágrafo anterior, será calculado, proporcionalmente, ao número de meses decorridos entre o mês do início das atividades da empresa e 31 de dezembro do mesmo ano.

§ 4º Se, ao pleitear o enquadramento neste regime, a firma individual ou pessoa jurídica não houver exercido sua atividade durante os 12 (doze) meses do ano anterior, ou seja de 1º de janeiro a 31 de dezembro, o cálculo da receita bruta anual de que trata o “*caput*” deste artigo, será feito proporcionalmente aos meses de efetivo exercício naquele ano.

**Art. 2º** Ainda que a receita bruta anual não ultrapasse o limite fixado neste Regulamento, não se incluem no regime de microempresa aquelas:

**I** - constituídas sob a forma de sociedade por ações;

**II** - em que o titular ou sócio seja pessoa jurídica ou pessoa física domiciliada no exterior;

**III** - que participem do capital de outras empresas, ressalvados os investimentos provenientes de incentivos fiscais efetuados antes da vigência deste Regulamento;

**IV** - que sejam interligadas e a receita bruta global das mesmas ultrapasse o limite fixado no “*caput*” do art. 1º;

**V** - que tenham mais de um estabelecimento e a receita bruta global dos mesmos ultrapasse o limite fixado no “*caput*” do art. 1º;

**VI** - que realizem operações relativas a:

a) comercialização de produtos importados, ainda que adquiridos no mercado interno;

b) importação de produtos estrangeiros;

c) armazenamento e depósito de produtos de terceiros;

**d)** circulação de produtos agropecuários, exclusive plantas e peixes ornamentais.

§ 1º Excetuam-se das exclusões determinadas no inciso III a participação de microempresas em centrais de compras, bolsas de subcontratação, consórcios de exportação e outras associações assemelhadas.

§ 2º Para os efeitos do inciso IV, consideram-se interligadas duas ou mais empresas, quando um ou mais sócios de uma, bem como os cônjuges ou filhos menores, ou, ainda, o cônjuge ou filhos menores do titular da firma individual participe com mais de 5% (cinco por cento) do capital da outra.

## **TÍTULO II**

### **DO TRATAMENTO TRIBUTÁRIO DISPENSADO À MICROEMPRESA**

#### **CAPÍTULO I**

#### **DO PEDIDO DE INSCRIÇÃO**

**Art. 3º** O pedido de inscrição da microempresa será requerido à repartição fazendária do respectivo domicílio fiscal, mediante preenchimento dos seguintes formulários:

**I** - Registro Cadastral (Anexo 7 do RICM);

**II** - Requerimento/Declaração – Microempresa (Anexo I).

**Parágrafo único.** Sempre que a microempresa sofrer qualquer alteração cadastral, ficará obrigada a atualizar seu respectivo cadastro, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da alteração, perante a repartição fazendária, mediante preenchimento do formulário Registro Cadastral.

**Art. 4º** A empresa inscrita no Cadastro Básico do ICM (CABASI) que requerer seu enquadramento como microempresa, estornará o crédito fiscal das mercadorias constantes do seu estoque.

#### **SEÇÃO I**

#### **DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS**

**Art. 5º** A microempresa fica dispensada do cumprimento das obrigações tributárias acessórias, salvo:

**I** - inscrição no Cadastro Simplificado do ICM – CASIM, na forma do artigo 3º deste Regulamento;

**II** - arquivamento, em ordem cronológica, dos documentos fiscais relativos à entrada de mercadorias, bem como de todos seus atos negociais, durante o prazo mínimo de 5 (cinco) anos, a partir da entrada das mercadorias ou da efetivação dos negócios;

**III** - declaração, em formulário próprio, do seu movimento econômico anual, obedecendo aos prazos que serão fixados anualmente pelo Secretário da Fazenda.

§ 1º Em forma de opção a microempresa poderá escriturar o livro “REGISTRO SIMPLIFICADO DE OPERAÇÕES – MICROEMPRESA” (Anexo IV).

§ 2º As empresas já constituídas, que forem inscritas como microempresas, na forma deste Regulamento, deverão conservar, para efeito de fiscalização, os livros e demais documentos

fiscais, durante 5 (cinco) anos, contados a partir da data do seu enquadramento.

**Art. 6º** Sempre que promover a saída de mercadorias a microempresa emitirá NOTA FISCAL – MICROEMPRESA, no mínimo em três vias, com as seguintes destinações:

**I** - a 1ª via acompanhará a mercadoria até o destino;

**II** - a 2ª via também acompanhará o trânsito da mercadoria e será retida pelo fisco estadual, que visará obrigatoriamente a 1ª via;

**III** - a 3ª via ficará presa ao talão.

**Parágrafo único.** A Nota Fiscal referida neste artigo terá as dimensões mínimas de 14,8cm x 21,0cm, em qualquer sentido, e será confeccionada de acordo com o modelo do Anexo III.

**Art. 7º** Nas vendas a consumidor em que as mercadorias forem retiradas pelo comprador, poderá ser emitida, em substituição à Nota Fiscal referida no artigo anterior, NOTA FISCAL DE VENDA A CONSUMIDOR ou NOTA FISCAL SIMPLIFICADA, em duas vias, obedecidos os modelos aprovados pelo Regulamento do ICM.

**Parágrafo único.** Na hipótese do “caput” deste artigo poderá ser concedida à microempresa autorização para utilização de máquina registradora para emissão de cupom, em substituição aos documentos ali referidos.

**Art. 8º** Para impressão das notas fiscais de que tratam os artigos 6º e 7º, será indispensável a prévia autorização da Inspetoria Fazendária da circunscrição do contribuinte, sendo, porém, dispensada a autenticação feita pela repartição fiscal.

**Parágrafo único.** Caberá, também, autorização prévia quando a impressão destes documentos fiscais for realizada em tipografia do próprio usuário ou em estabelecimento gráfico situado em outra unidade da Federação.

**Art. 9º** Os documentos fiscais da microempresa servirão para todos os fins previstos na legislação tributária estadual.

## **SEÇÃO II DA ISENÇÃO**

**Art. 10.** As saídas de mercadorias e fornecimentos de refeições efetuados por microempresas são isentas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias - ICM.

**Parágrafo único.** As microempresas ficam, também, isentas:

- a) da Taxa pelo Exercício do Poder de Polícia;
- b) da Taxa de Prestação de Serviços.

## **CAPÍTULO III DOS EFEITOS DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA PARA A MICROEMPRESA**

**Art. 11.** As isenções tratadas no art. 1º deste Regulamento não se estendem às saídas de mercadorias sujeitas à retenção do imposto pelo contribuinte substituto.

**Art. 12.** A microempresa que receber mercadorias sujeitas à retenção do imposto pelo regime de substituição tributária, oriundas de outras unidades da Federação, sem que tenha havido a referida retenção, ficará sujeita ao pagamento antecipado do imposto não retido pelo remetente.

**Parágrafo único.** Tal antecipação não se aplica:

- a) quando a entrada das mercadorias se fizer em estabelecimento filial de indústria;
- b) quando as operações se realizarem entre contribuintes substitutos industriais.

**Art. 13.** A microempresa industrial ou filial de indústria fica responsável, também, pela retenção do imposto, nas saídas das mercadorias sujeitas a esse regime de tributação, para estabelecimento de pessoa diversa neste Estado ou para estabelecimento situado em outra unidade da Federação, desde que esta mantenha com o Estado da Bahia protocolo para tal fim.

**Art. 14.** A antecipação ou retenção do imposto referidos nos artigos 12 e 13 não constituem crédito fiscal.

**Art. 15.** Todos os documentos fiscais emitidos nos termos e prazos ditados pelo Regulamento do ICM e legislação posterior, com referência às operações efetivadas pelas microempresas, inclusive os Documentos de Arrecadação e as Notas Fiscais deverão ser arquivadas durante, no mínimo, 5 (cinco) anos.

### **TÍTULO III**

#### **DO DESENQUADRAMENTO, DO CANCELAMENTO, DA INSCRIÇÃO E DAS PENALIDADES**

#### **CAPÍTULO I**

##### **DO DESENQUADRAMENTO**

**Art. 16.** O desenquadramento do regime de microempresa ocorrerá nas seguintes hipóteses:

**I** - a qualquer tempo, após o enquadramento, se a microempresa resolver optar pelo regime normal de tributação, por entender mais conveniente;

**II** - se auferir receita bruta anual superior ao limite estabelecido no art. 1º, "caput";

**III** - se passar a integrar o rol das empresas cuja constituição e atividades estão relacionadas no art. 2º, seus incisos e alíneas deste Regulamento.

**Parágrafo único.** A opção de que trata o inciso I será feita através de comunicação à repartição fazendária competente, preenchendo o documento próprio (Anexo II), apresentando levantamento do estoque existente na data do pedido.

**Art. 17.** Na hipótese do inciso III, do artigo anterior, deverá a microempresa comunicar a ocorrência à repartição fazendária do seu domicílio fiscal, solicitando, de logo, seu desenquadramento e apresentando o levantamento do estoque na data do pedido.

**Art. 18.** Se o desenquadramento for requerido antes do final do exercício, o cálculo da renda bruta será feito proporcionalmente aos meses de efetiva atividade, equivalendo cada mês a 1/12 (um duodécimo) do exercício fiscal, ficando a empresa sujeita ao pagamento do ICM sobre o valor excedente.

**Art. 19.** A empresa, que no final do exercício fiscal, exceder o limite da renda bruta anual prevista no art. 1º, deverá comunicar o fato, dentro de 30 (trinta) dias contados da data do seu encerramento, ficando de idêntica maneira, sujeita ao pagamento do ICM sobre o valor excedente.

**Parágrafo único.** Ocorrendo o excesso da receita bruta anual durante 2 (dois) anos consecutivos ou 3 (três) anos alternados, a microempresa será de ofício desenquadrada do regime.

**Art. 20.** O valor da receita bruta que exceder do limite prefixado no artigo 1º, quer no final do exercício fiscal, quer no ato de desenquadramento como microempresa, será tributado pelo ICM.

**Art. 21.** Na hipótese do artigo anterior o imposto incidirá apenas sobre as saídas isenta de mercadorias, se a isenção se deu por força de sua condição de microempresa.

**Art. 22.** Para determinação das 10.000 (dez mil) ORTN'S quando do desenquadramento ou no final do exercício, considerar-se-á o valor desse título no mês de janeiro do mesmo ano em que ocorreu o fato.

## **CAPÍTULO II**

### **DO CANCELAMENTO DA MICROEMPRESA E DAS SUAS PENALIDADES**

#### **SEÇÃO I**

#### **DO CANCELAMENTO**

**Art. 23.** A pessoa jurídica ou firma individual que, sem observância dos requisitos exigidos, pleitear sua inscrição ou se mantiver inscrita como microempresa, sem prejuízo da apuração da responsabilidade criminal, terá a sua inscrição cancelada de ofício.

#### **SEÇÃO II**

#### **DAS PENALIDADES**

**Art. 24.** A microempresa que tiver cancelada sua inscrição, ficará sujeita às seguintes penalidades:

**I** - pagamento dos tributos devidos - ICM, Taxa de Prestação de Serviços e Taxa pelo Exercício do poder de Polícia acrescidos de juros e correção monetária, contados desde a data em que tais tributos deveriam ter sido pagos, até a data do seu efetivo pagamento;

**II** - multa nos percentuais de:

**a)** 200% (duzentos por cento) do valor atualizado do tributo devido, em caso de dolo, fraude ou simulação e, especialmente, nos casos de falsidade ou omissão de declaração de seus sócios à autoridade competente;

**b)** 100% (cem por cento) do valor atualizado do tributo, nos demais casos.

**Art. 25.** A microempresa, em cujo poder forem encontradas mercadorias desacompanhadas de documentação fiscal ou desta inidônea, fica sujeita à multa de 100% (cem por cento) do valor das mercadorias, independentemente das demais penalidades previstas neste Regulamento.

## **TÍTULO IV**

### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIA**

**Art. 26.** A empresa que requerer seu enquadramento, tendo iniciado suas atividades em 1985, deverá comprovar, através da Declaração de Movimento Econômico, não haver ultrapassado, proporcionalmente ao tempo de efetivo exercício, a renda bruta determinada no artigo 1º, correspondendo cada mês a 1/12 (um duodécimo) do exercício fiscal.

**Parágrafo único.** Além da Declaração de movimento Econômico, deverão os sócios ou titular firmar declaração de que esse limite não será ultrapassado até o final do exercício.

**Art. 27.** As pessoas jurídicas e firmas individuais, que houverem sido desenquadradas do regime disciplinado por este Regulamento, não poderão a ele retornar antes de 2 (dois) anos, contados da data do seu enquadramento, mesmo preenchendo os requisitos exigidos.

**Art. 28.** Entende-se por exercício fiscal, para aplicação das disposições contidas neste Regulamento, o período compreendido entre 1º de janeiro a 31 de dezembro de um mesmo ano.

**Art. 29.** A microempresa que cessar definitivamente suas atividades, deverá, obrigatoriamente, solicitar no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do encerramento, a baixa de sua inscrição estadual, mediante preenchimento de formulário – Anexo II - acompanhado dos seguintes documentos:

- a) cartão de inscrição estadual;
- b) bloco de NOTA FISCAL – MICROEMPRESA, utilizado total ou parcialmente ou não utilizado;
- c) todos os livros e documentos fiscais, que tenha sido utilizados durante suas atividades.

**Art. 30.** Sendo encontradas mercadorias em poder da microempresa desacompanhadas de documentação fiscal ou com esta considerada inidônea, ficará a mesma obrigada a efetuar o pagamento do imposto normal e, ainda, ao pagamento do imposto antecipado, a que está obrigada por força da legislação vigente, e também ser-lhe-á aplicada uma multa de 100% (cem por cento) sobre todo o imposto devido.

**Art. 31.** As microempresas que forem desenquadradas como tal ou tiverem a sua inscrição cancelada, perderão os direitos inerentes a este regime, passando a cumprir as obrigações principal e acessórias impostas aos contribuintes sujeitos ao regime normal de tributação.

**§ 1º** Na hipótese do “caput” deste artigo, a empresa deverá apresentar o inventário de seus estoques, relacionando em separado as mercadorias sujeitas ao ICM para utilização do crédito fiscal a elas correspondentes.

**§ 2º** A utilização do crédito dependerá de comunicação escrita dirigida à repartição fazendária do domicílio fiscal do contribuinte.

**Art. 32.** Enquanto não for impresso o talonário de NOTA FISCAL – MICROEMPRESA, os contribuintes enquadrados no regime ficam autorizados a utilizar os talonários de nota fiscal já impressos, apondo o carimbo, no corpo do documento fiscal, com os seguintes dizeres: “NOTA FISCAL – MICROEMPRESA – ESTE DOCUMENTO NÃO GERA CRÉDITO DO ICM”.

**Art. 33.** Ficam cancelados os débitos tributários dos contribuintes considerados microempresas, decorrentes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de mercadorias –

ICM e às multas por infração à legislação tributária, relacionados com as operações realizadas até a data de início da vigência deste Regulamento.

§ 1º Excluem-se do benefício previsto neste artigo, os débitos oriundos de ação dolosa ou má fé, praticada pela própria microempresa, isoladamente ou em conluio, assim caracterizada:

**I** - emissão de nota fiscal com divergência de valores nas diversas vias, resultando em recolhimento a menor do ICM;

**II** - utilização de séries paralelas de Nota Fiscais para acobertar operações com mercadorias;

**III** - adulteração de livros e documentos fiscais resultando na diminuição do montante do imposto a pagar;

**IV** - declaração falsa com o fim de enquadramento como microempresa.

§ 2º No caso do inciso IV deste artigo, tão logo seja comprovada a falsidade da declaração, a autoridade fazendária que procedeu a apuração comunicará o fato ao Delegado Regional do domicílio do contribuinte que determinará o desarquivamento dos processos, relativos aos débitos e os encaminhará à Procuradoria Fiscal para as providências administrativas e judiciais cabíveis.

**Art. 34.** Para gozar do benefício do artigo anterior, deverá o contribuinte requerer sua inscrição no Cadastro Simplificado do ICM – CASIM, provendo preencher todos os requisitos exigidos por Lei para seu enquadramento como microempresa.

**Parágrafo único.** O contribuinte que estiver em processo de baixa ou que a venha pedir em virtude do encerramento de suas atividades, sem que haja solicitado sua inscrição no CASIM, poderá requerer ao Delegado Regional da Fazenda de sua circunscrição, até o dia 31 de dezembro de 1985, o cancelamento de seus débitos, anexando as provas de que preenchia todos os requisitos para enquadrar-se como microempresa.

**Art. 35.** Uma vez deferido o pedido de enquadramento, ou recebido o requerimento de cancelamento do débito, o processo será encaminhado pela repartição à Delegacia Regional da Fazenda a que estiver subordinada a microempresa para efeito de levantamento dos débitos existentes.

§ 1º Havendo débitos, os respectivos processos deverão ser requisitados pelo Delegado Regional para efeito de cancelamento.

§ 2º De posse dos processos relativos aos débitos tributários o Delegado Regional deverá exarar Ato Declaratório em cada um, cancelando o débito respectivo e determinando o seu arquivamento.

**Art. 36.** Aplicam-se às microempresas as normas da legalização tributária deste Estado, exceto as que conflitam com as disposições deste Regulamento.

**Art. 37.** Os casos omissos serão resolvidos pelo Secretário da Fazenda, mediante ato administrativo próprio.